

ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA VÁRZEA DO ALTO CURSO DO RIO PARAÍBA DO NORTE COMO CONSEQUÊNCIA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Kenia Karoline Sousa da Cruz¹; Kerolaide Bianca Souza Ramos²; Anieres Barbosa da Silva³

¹Graduanda em Geografia – Universidade Federal da Paraíba – kenia.karoline@gmail.com

²Graduanda em Geografia – Universidade Federal da Paraíba – kerolbianca@gmail.com

³Professor do DGEOC - Universidade Federal da Paraíba – anieres@uol.com.br

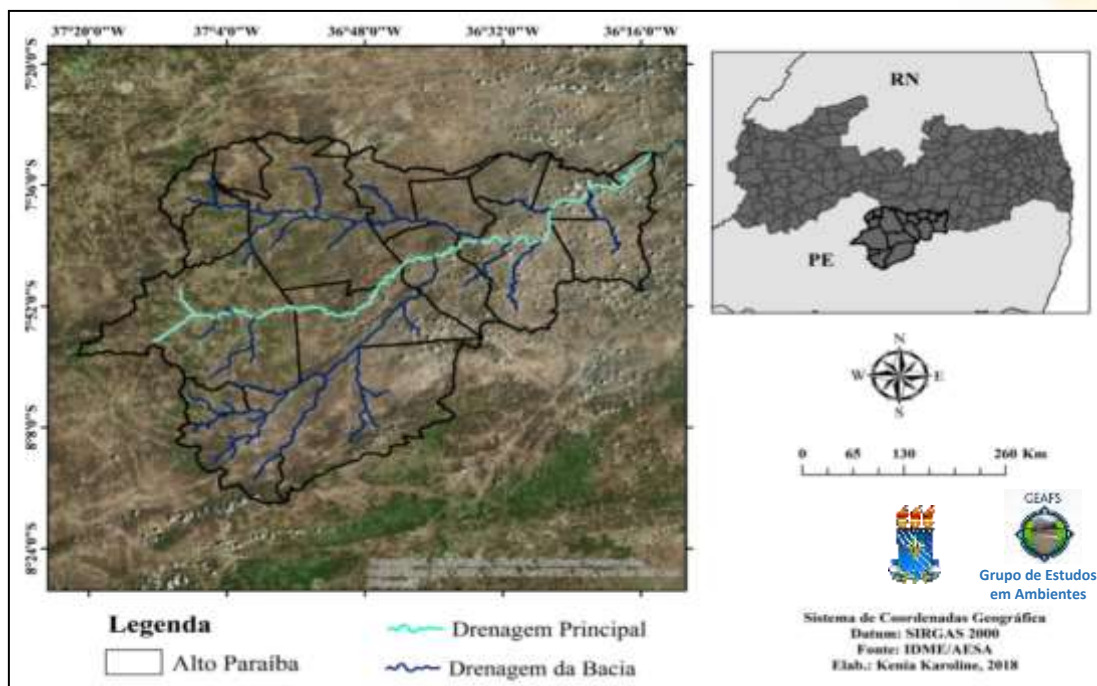
INTRODUÇÃO

A bacia hidrográfica poder ser compreendida como um sistema geomorfológico complexo, que, por conseguinte, é um sistema aberto, pois está em constante troca de energia e matéria com o ambiente que o rodeia. Devido a esta intensa dinâmica, e ressaltando a importância social que as bacias hidrográficas possuem para gestão dos recursos hídricos, é fundamental o discernimento quanto aos seus uso e ocupação, uma vez que qualquer alteração realizada de forma desordenada ou sem planejamento prévio poderá ocasionar danos temporários ou permanentes na sua estrutura de funcionamento (MATTOS E PEREZ FILHO, 2004).

Utilizando uma abordagem dialética, o artigo tem por objetivo refletir sobre a especulação imobiliária instalada a partir da transposição do Rio São Francisco, tendo como recorte espacial do estudo a várzea da Bacia do Alto Curso do Rio Paraíba. No nosso entendimento a especulação imobiliária se constitui em um processo no qual ocorre a compra de uma porção de terra, porém nada se constrói, vez que se aguardam melhorias em seu entorno para que, assim, seja incorporada maior valorização e, conseqüentemente, se obtenha lucro mais expressivo por ocasião da comercialização da terra. Trazendo para a realidade da área de estudo, a especulação imobiliária se constitui em uma ação que contribui para o aumento da desigualdade social, para o êxodo de pequenos proprietários ou camponeses sem-terra, sendo esta o ponto central que a problemática representa.

A área de estudo está descrita no Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) como sendo uma Área Diretamente Afetada (ADA), sendo esta o Trecho V – Reservatório de Itaparica em Monteiro (PB), correspondendo ao eixo Leste do Projeto. Essa porção do território possui uma área antropizada de 37,7%, e predominância da atividade agropecuária associada a uma vegetação de cantiga aberta, com uma percentagem de 22,3, localizada na microrregião do Cariri Paraibano. Considerado como o principal rio da região, o Paraíba nasce no município de Monteiro, na divisa com o município de Sertânia (PE), e, no seu Alto Curso, abrange parte dos municípios paraibanos do Congo e de Camalaú, Barra de São Miguel, São Domingos do Cariri e Cabaceiras.

O Alto Curso do Rio Paraíba (Mapa 01) está localizado no compartimento morfoestrutural do Planalto da Borborema, atingindo altitude máxima de 1172 metros e mínima de 374 metros, e, segundo a classificação de Köppen, possui clima semiárido, quente, com precipitação pluvial média anual de 350 e 600 mm e com estação seca de 8 a 10 meses. Nas áreas mais elevadas há registros de maiores índices pluviométricos, que se concentram nos meses de fevereiro, março, abril e maio (SANTOS, 2017; MARINHO, 2011; FURTADO E SOUZA 2016).



Mapa01: Localização do Alto Curso do Rio Paraíba

MATERIAIS E MÉTODOS

Os resultados foram obtidos, principalmente, a partir de levantamento bibliográfico e consulta ao Projeto de Integração do Rio São Francisco.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Planície de inundação, popularmente conhecido como várzea, é um subsistema inserido em um sistema de maior ordem, o de Bacia hidrográfica. São áreas, completamente ou parcialmente, inundáveis situadas em paralelo ao canal fluvial, onde o nível de extravasamento do fluxo irá depender do regime ordinário da cheia, sendo áreas de deposição sedimentar ricos em matéria orgânica, e com alta dinâmica pedogenética, pois mantém uma relação hidrológica, sedimentológica e ecológica com a dinâmica fluvial. Devido a essas condições o solo torna-se propício para agricultura, sendo esta a principal forma de uso e exploração (MATTOS E PEREZ FILHO, 2004; STEVAUX E LATRUBESSE, 2017).

As planícies de inundação não são exclusivas de ambientes úmidos ou de sistemas de rios perenes, e também ocorrem em ambientes mais secos. No Cariri paraibano, que possui uma dinâmica fluvial de rios intermitentes, essas áreas podem ser identificadas após chuvas torrenciais que são características principais do Semiárido brasileiro. Soma-se a esses atributos os grandes períodos de estiagem e a dificuldade de se ter um controle quanto à periodicidade das chuvas.

A região semiárida estende-se por 1,03 milhões de km² e, atualmente, agrupa 1.262 municípios da Região Nordeste, sendo caracterizada pelo clima seco e com baixos índices de precipitação (IBGE, 2017).

A história do Cariri paraibano permeia transições de explorações do ambiente de formas diversas, desde pecuária, com a criação de bovinos no início da colonização até a produção de caprino nos dias atuais, bem como culturas para subsistência nas áreas próximas às várzeas dos rios, que se tornaram imensamente ocupadas por culturas de ciclos curtos,

dando-se preferência ao feijão e ao milho, utilizados para alimentação da população local. A preferência para o cultivo nas várzeas dos rios deu-se pela presença de água no lençol freático mesmo em épocas de estiagem (SOUZA; SOUZA, 2016).

Embora o Cariri paraibano possua um histórico baseado na agropecuária, suas especificidades climáticas passaram a ser consideradas como um problema regional que influenciaria diretamente nessas práticas no fim do século XIX. A partir disso foram executados planos, programas e ações governamentais com o intuito de mitigar os efeitos das estiagens prolongadas e viabilizar a produção econômica nos espaços rurais de alguns municípios. Esse ainda é o contexto em que o PISF está inserido, e tendo como principal propósito a agregação com bacias hidrográficas no Nordeste (SILVA; FREITAS; XAVIER, 2012). Uma das principais finalidades do Programa é reabastecer açudes que estariam entrando em colapso por estarem abaixo do nível para abastecimento público. Entretanto, consequências para tais ações são esperadas, haja vista a grande magnitude dessa obra e todas as mudanças que ela irá causar em torno das áreas a serem beneficiadas pela transposição, que se manifesta, em sua maioria, com o aumento da procura das terras mais próximas e mais aptas para o cultivo. Com isso, passa a existir maior tensão por parte dos que, de alguma forma, sairiam prejudicados com esse processo.

Observa-se, então, que para essa lógica de produção continuar se mantendo até os dias atuais, ela precisaria ir além de terras para se expandir, mas, também, precisaria de água para se manter. A lógica da apropriação do binômio terra-água se mantém até hoje e, segundo Dantas e Feliciano (2018), “o domínio da terra e da água garantem a perpetuação do poder de um grupo dominante na região: o latifúndio, o empresariado e estes atrelados ao Estado”, ou seja, determinado grupo irá ser mais beneficiado, excluindo outros, e mantendo uma relação capitalista no campo.

Seguindo essa perspectiva, a especulação imobiliária nas várzeas dessas áreas potencialmente irrigáveis contribui diretamente para o aumento da desigualdade, dos conflitos no campo e do êxodo de pequenos produtores, podendo ser eles pequenos proprietários ou produtores sem-terra. Em outras palavras, a especulação imobiliária possibilita ganhar dinheiro comprando, mantendo e revendendo terras em qualquer de suas formas. Torna-se possível, nesse contexto, entender a terra como um mercado de reserva de valor onde irá ser possível incumbir o poder de compra de um período para o outro, ou seja, é a especulação imobiliária que irá determinar a possibilidade de realizar os ganhos especulativos definidos no momento de comercialização das terras.

É nessa perspectiva que a dinâmica agrária no semiárido ainda se caracteriza pelo intenso processo da concentração da propriedade da terra e, quando associado ao processo de modernização, torna-se responsável pela negação do acesso à terra e a água, criando, assim, formas de luta e resistência camponesa que serão geradoras de conflitos. Segundo Martins (1991, p. 56), “o próprio capital impôs, no Brasil moderno, a luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de negócio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que esse trabalho corresponde a uma reflexão inicial, mas que deve ser aprofundada em face da possibilidade de contribuição para os estudos da geografia agrária paraibana, além de ser uma temática recente e ainda pouco estudada no âmbito estadual. Isso é importante para justificar, de algum modo, as carências teóricas, metodológicas e analíticas que o texto ainda apresenta, porém não reduz a importância e pertinência do estudo e da temática ora em apreço. Também acreditamos que, além de buscar respostas para determinadas questões, esse texto busca colocar pontos que nos ajudem a pensar a complexa

teia de relações existentes na configuração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro, notadamente o paraibano, no século XXI.

A partir do exposto é possível inferir que a chegada das águas da transposição no eixo leste fez com que as terras que compõem as várzeas potencialmente irrigáveis no entorno dos canais do Rio Paraíba do Norte passassem a ter maior valorização no mercado de terras, resultando em maiores benefícios para os grandes proprietários da região e maior pressão para que os pequenos proprietários comercializem suas terras. Tal fato nos leva a afirmar que esse processo se constitui em um novo elemento de expulsão dos trabalhadores do campo, provocado pela especulação imobiliária.

As medidas mitigadoras vistas no PISF preveem uma diminuição das consequências geradas pela especulação imobiliária, não impedindo que a mesma ocorra, o que seria tecnicamente impossível, considerando o histórico de estiagens no semiárido e seu atual cenário que conjectura um aporte hídrico necessário para as práticas agrícolas. No que concerne a execução de tais medidas, alguns pontos, ou questões levantadas durante a realização do estudo, reascendem nossas preocupações: qual o tempo em que essas ações serão postas em prática? Até elas se concretizarem, há algum plano que evite ou monitore os possíveis conflitos nessas áreas? Na prática, os pequenos produtores e os produtores sem-terra estão acompanhando o processo de regularização fundiária, bem como recebendo de fato a atenção e as providências descritas e enfatizadas no PISF? Qual postura do agronegócio frente a essa conjuntura? Qual o nível de influência do agronegócio na aplicabilidade das soluções destacadas no PISF?

Portanto, uma obra de ampla magnitude, que possui a força de transformar toda uma região e diversas realidades, necessita de um acompanhamento e questionamentos específicos de suas soluções, que foram pensadas para as possíveis adversidades que poderiam surgir. A principal importância disso se deve ao fato de que esse cenário se passa em um ambiente que possui um sistema fluvial de caráter intermitente. Logo, as possíveis alterações na forma de uso e exploração das terras, a exemplo daquelas decorrentes do agronegócio, poderão não apenas ocasionar mudanças na dinâmica do Rio e seus afluentes, como também afetarão de forma direta as comunidades circunvizinhas, posto que a dinâmica social e econômica está adaptada às especificidades efêmeras do Rio.

REFERÊNCIAS:

DANTAS, J. C.; FELICIANO, C. A. Conflitos territoriais no Semiárido brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19, João Pessoa, *Anais...João Pessoa*: AGB, 2018. Disponível em <http://www.eng2018.agb.org.br/site/anaiscomplementares2?AREA=17>. Acesso em: 19 Dez. 2018.

FURTADO, A. V. B. D; SOUZA, de P. O. J. Mapeamento Geomorfológico para a Bacia do Alto Curso do Rio Paraíba de acordo com as normas do Manual Geomorfológico do IBGE. REGNE. Vol. 2, Nº Especial (2016).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Banco de Dados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 15 nov. 2018.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. São Paulo, Hucitec, 3a. ed., 1991.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. JoãoPessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996

MARINHO, C.F.C. E. Caracterização Hídrica e Morfometria do Alto Curso da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba. 2011. 70f. Monografia para Especialização em GeoAmbiência e Recursos Hídricos do Semiárido – UEPB, Campina Grande, 2011.

MATTOS, S. H. V. L E PEREZ FILHO, A. Complexidade e Estabilidade em Sistemas Geomorfológicos: uma introdução ao tema. Revista Brasileira de Geomorfologia, Ano 5, Nº 1 (2004) 11 – 18.

SANTOS, A.H.L. Análise dos Estilos Fluviais e da Capacidade de Ajuste do Alto Curso do Rio Paraíba - PB. 2017. 88f. Monografia – UFPB, João Pessoa, 2017.

SOUZA, B.I e SOUZA R.S Processo de ocupação dos Cariris Velhos – PB e efeitos na cobertura vegetal: contribuição à Biogeografia Cultural do semiárido. Caderno de Geografia, v.26, número especial 2, 2016

STEVANUX, J. C e LATRUBESSE, E. M. Geomorfologia Fluvial: cap. 7: Planície de Inundação. Oficina de Textos, 2017.

SILVA, Anieres Barbosa; FREITAS, Paulo Vitor Nascimento; XAVIER, Maria Karolyne da Silva. POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO CARIRI PARAIBANO1. 2012. 18 f. artigo (Geografia)- Universidade Federal da Paraíba, UFPB, [S.l.], 2012. Disponível em: <<https://www.ebah.com.br/content/ABAAAgsPIAG/a-convivencia-com-semiarido-no-cariri-paraibano-papel-a-importancia-das-tecnologias-sociais>>. Acesso em: 14 jan. 2019.